

SAÚDE

Laboratório Altana Pharma, parceiro da multinacional que conseguiu a liberação para distribuir no Brasil um medicamento ultrapassado contra asma, fez doação para o comitê eleitoral de Lula em 2002

R\$ 100 mil doados para campanha

LÚCIO YAZ

DA EQUIPE DO CORREIO

As multinacionais Aventis e Altana assinaram um acordo, em 2001, para desenvolver pesquisas e introduzir no mercado um revolucionário produto para o tratamento da asma, o Alvesco. Em 2002, a Altana Pharma, subsidiária da Altana no Brasil, doou R\$ 100 mil para a campanha do candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em abril deste ano, a Aventis Pharma Brasil conseguiu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para comercializar no Brasil lotes do produto Revenil, um medicamento que teve a sua fabricação suspensa, em 2002, pela própria Anvisa, por ser considerado ultrapassado.

Essa cadeia de fatos teve uma consequência prática. Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para um cargo de diretor da Anvisa, o gerente de medicamentos da agência, Dirceu Raposo de Mello, teve a sua sabatina suspensa na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Ele assinou a autorização para a comercialização de 267 mil unidades do Revenil, avaliadas em R\$ 3 milhões. A decisão da comissão do Senado foi adiada após a divulgação de denúncia de servidores da Anvisa. O relator do processo, Romero Jucá, afirmou que a sabatina está suspensa até o esclarecimento dos fatos. "Não dá para o Senado votar sem ter esse esclarecimento", resumiu o relator.

Os servidores que apresentaram a denúncia ao deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) afirmam que a decisão de Mello serve a interesses político-eleitorais. Carvalho comenta que, "quem contribuiu, ou está associado a alguém que contribuiu

Ronaldo de Oliveira 1.9.03



CLÁUDIO MAIEROVITCH, DA ANVISA, ASSINOU A AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO REMÉDIO REVENIL, CONSIDERADO ULTRAPASSADO PELA PRÓPRIA ANVISA

com campanhas eleitorais, sempre pode ficar na expectativa de favores futuros. E pode ter a graça de garantir a desova de seus estoques". Para o deputado, a decisão da Anvisa "coloca em risco a saúde pública. As pessoas estarão expostas a um tipo de medicamento que teve a sua fabricação proibida".

Parecer técnico

A decisão da Anvisa de proibir a comercialização da substância foi baseada no parecer técnico do consultor Grancille Garcia de

Oliveira. Para o consultor, a fórmula do Revenil adequava-se plenamente ao tratamento da asma e da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) "de 30 anos atrás". Ele afirmou que a sua retirada do mercado não se deve a aspectos de ineficácia ou de segurança, mas, exclusivamente, ao fato de "não se enquadrar mais nos atuais cânones fisiopatológicos daquelas manifestações mórbidas e às suas contrapartidas terapêuticas".

A substância ativa do medicamento Alvesco, a ciclesonide, é

um corticóide inalatório. Ao mesmo tempo em que apresenta o mesmo grau de eficácia dos demais medicamentos usados para o tratamento da asma, a ciclesonide causa menos efeitos colaterais durante o tratamento. O medicamento está aprovado na Inglaterra e na Austrália, mas ainda não está sendo produzido. Será comercializado pela Aventis nos Estados Unidos e pela Altana na Europa e demais continentes. Não há previsão da chegada dele ao Brasil.

A Anvisa proibiu a fabricação

do Revenil no final do governo Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 2002. O remédio não teria a eficácia desejada no combate à asma. A Aventis fracassou nas tentativas de revogar a decisão da Anvisa, mas conseguiu, em abril deste ano, liberar os lotes do produto que já estavam fabricados. A autorização para a venda do produto foi assinada por Mello, mas a decisão foi tomada pela Comissão de Medicamentos e apoiada pelo presidente da Anvisa, Cláudio Maierovitch.

ENTENDA O CASO

● A Anvisa suspendeu, em dezembro de 2002, a fabricação do produto Revenil, um medicamento produzido pela Aventis Pharma. A empresa tentou revalidar o produto, mas teve o pedido indeferido em setembro do ano passado. O produto estaria desatualizado, segundo a Anvisa.

● A Aventis afirma que interrompeu a venda do produto aos distribuidores assim que foi notificada pela Anvisa. O remédio teria se esgotado nas farmácias num prazo aproximado de 60 dias, mas não teria havido reposição.

● Em abril deste ano, a Anvisa autorizou, em caráter excepcional, a comercialização de lotes do produto, totalizando 267 mil unidades, no valor estimado de R\$ 3 milhões. Segundo a Anvisa, não haveria risco à saúde pública.

● A divulgação desses fatos suspendeu a reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado que analisaria a indicação de Dirceu Raposo de Mello para o cargo de diretor da Anvisa. Gerente de Medicamentos da agência, ele assinou a autorização para a comercialização do Revenil.

Empresas negam interesse eleitoral

As empresas Aventis Pharma, Altana Pharma e a Anvisa negam que exista relação entre a doação de campanha feita pela Altana, no valor de R\$ 100 mil, para a campanha eleitoral do PT, e a liberação dos lotes do medicamento Revenil. A Aventis afirma ainda que a comercialização do Revenil não oferece "risco terapêutico".

O gerente de comunicação da Aventis Pharma, Sérgio Bialski, afirma que a empresa foi formada há quatro anos no Brasil e "nunca fez doação de campanha para qualquer partido político". Ele atribuiu a divulgação desses fatos "ao denunciismo" que estaria ocorrendo em Brasília. Acrescentou que a empresa tem feito ape-

nas doações de medicamentos a governos estaduais, como os de São Paulo e Rio de Janeiro.

O porta-voz e diretor de Estratégia e Projetos da Altana Pharma, David Zimath, afirma que a liberação do Revenil e o acordo firmado com a Aventis, em 2001, "não têm nada a ver com a doação de campanha. Fizemos uma doação oficial, dentro da lei, como também fizemos a outros candidatos de outros partidos. A história do Revenil é muito mais antiga. E eu pergunto: por que a Altana teria interesse em liberar a comercialização do Revenil? Tem gente viajando na maionese".

A assessoria de imprensa da Anvisa afirmou ontem que a liberação dos lotes de Revenil

"foi uma decisão técnica, tomada pela diretoria colegiada, e não tem nada a ver com a doação de campanha. É um procedimento comum, já foi adotado antes com outros medicamentos e ainda será adotado muitas vezes". Segundo a assessoria, o objetivo da denúncia seria impedir a nomeação de Dirceu Mello para o cargo de diretor da agência.

Consumidor

O diretor Comercial da Aventis, Valdomiro Rodrigues, afirma que a comercialização do Revenil não foi mantida por interesses financeiros, mas sim para atender ao consumidor: "Esse produto representa 0,26% do faturamento da empresa. A gente

manteve o produto por respeito ao consumidor. De fevereiro a julho, recebemos 1.248 pedidos de manutenção do Revenil".

A diretora médica da Aventis, Sônia Dainesi, afirmou que a utilização do Revenil não representa risco ao consumidor. "O produto está há 30 anos no mercado e não foi registrado nenhum caso grave de reação adversa. Não haveria risco terapêutico". Questionada se o Revenil seria um produto defasado em relação, por exemplo, ao Alvesco, a diretora respondeu que "o Alvesco e outros medicamentos podem ter resultados melhores, ações diferentes. Isso não quer dizer que o Revenil não seja mais uma opção". (LV)